



AMACRO E FRENTES PIONEIRAS NA AMAZÔNIA: DESMATAMENTO, PSICOSFERA E QUESTÃO FUNDIÁRIA¹

Kamila de Oliveira Craveira²

 <https://orcid.org/0000-0002-5323-0163>
 <http://lattes.cnpq.br/9454221565551664>

Fredson Bernardino Araújo da Silva³

 <https://orcid.org/0000-0002-1897-2655>
 <http://lattes.cnpq.br/9459601231133410>

Resumo

A Amacro é uma região que abrange alguns municípios dos estados de Amazonas, Acre e Rondônia e tem se destacado como uma das áreas de intensa dinâmica das mudanças socioespaciais. O objetivo do trabalho é apresentar um panorama da Amacro enquanto nova área de concentração de atuação das frentes pioneiras na Amazônia. À luz da bibliografia que enfatiza a importância do espaço geográfico, procurou-se complementar a análise de duas notas técnicas e outros dados secundários que tratam sobre o desmatamento na Amacro. Propomos interpretar que a criação da Amacro se baseia em uma psicofera que visa favorecer o agronegócio na região, que se dá em articulação com o Estado. Foi possível contextualizar os impactos socioambientais da Amacro, principalmente o aumento do desmatamento, uso do fogo e apropriação de terras públicas, assim, identificou-se que essas dinâmicas se dão de maneira desigual no território, sendo a Floresta Pública Não Destinada como a categoria fundiária que registra maior pressão ao longo de uma década.

Palavras-chave: Amacro; desmatamento; Floresta Pública Não Destinada; frente pioneira; psicofera.

Abstract

Amacro is a region that covers some municipalities in the states of Amazonas, Acre and Rondônia and has stood out as one of the areas of intense dynamics of socio-spatial changes. The objective of the work is to present an overview of Amacro as a new area of concentration for pioneering fronts in the Amazon. In light of the bibliography that emphasizes the importance of geographic space, we sought to complement the analysis of two technical notes and other secondary data that deal with deforestation in Amacro. We propose to interpret that the creation of Amacro is based on a psychosphere that aims to favor agribusiness in the region, which takes place in conjunction with the State. It was possible to contextualize the socio-environmental impacts of Amacro, mainly the increase in deforestation, use of fire and appropriation of public lands, thus, it was identified that these dynamics occur unevenly across the territory, with Undesignated Public Forest as the land category which registers greater pressure over a decade.

Keywords: Amacro; deforestation; Undesignated Public Forest; pioneer front; psychosphere.

¹ O presente texto deriva de palestra ministrada no âmbito da “Mesa 2 - Sul do Amazonas, nova fronteira agrícola?” realizada no dia 16 de outubro de 2023 no contexto do evento “Amazônia Estranha: eventos extremos, mudanças climáticas e dinâmicas socioambientais”.

² Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: kamilacraveira@usp.br.

³ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bolsista FAPEAM. E-mail: fbernardino1997@gmail.com.



Introdução

Semelhante ao Matopiba⁴, a Amacro é o acrônimo para os estados de Amazonas, Acre e Rondônia, uma região que visa o crescimento econômico, sobretudo no setor agropecuário. Apesar da delimitação territorial ocorrer na Amazônia Ocidental, boa parte de sua idealização e articulação jurídico-política e ideológica se deu na região concentrada (meio-sul) do Brasil (ACRE, 2019).

Pelo menos desde 2020, a Amacro vem recebendo atenção por grandes meios de comunicação no debate público, alertando-se sobre altas taxas de desmatamento e pela apropriação indevida de terras públicas (O GLOBO, 2021; G1, 2023). No entanto, essa área já vem apresentando expressivas taxas de desmatamento de maneira consistente anteriores ao ano de 2020, alcançando altos índices a partir de 2015 e atingido seu ápice em 2022, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2022).

Desse modo, a problemática reside no processo de formação da Amacro enquanto unidade territorial, que visa estimular um conjunto mudanças socioespaciais voltadas a beneficiar este setor econômico e que estão, invariavelmente, acompanhadas das altas taxas de desmatamento observadas na região.

A tese que fundamenta esta pesquisa é que a Amacro se constitui atualmente como um novo campo privilegiado da atuação das frentes pioneiras na Amazônia. A criação da Amacro se desdobra como uma tentativa de instituir uma psicofera que justifique as práticas espaciais características da atividade corporativa agropecuária. Por sua vez, isso estimula uma série de ações que fazem com que o espaço em discussão apresente um novo quadro do desmatamento no contexto da Amazônia, além de empreender uma nova miríade de outros problemas socioambientais.

O objetivo do trabalho foi apresentar um panorama da Amacro enquanto nova área de concentração de atuação das frentes pioneiras na Amazônia. Para abordar essa questão, desenvolveu-se a discussão em dois momentos: i) criação da Amacro como “configuração territorial” derivada de uma psicofera de empresários do agronegócio em articulação com o Estado; ii) novos eixos e epicentros do desmatamento na região e sua distribuição heterogênea na estrutura fundiária.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa parte de levantamento bibliográfico que procura acentuar a discussão sobre a formação da Amacro enquanto um espaço geográfico que se apresenta como produto e meio de dimensões estruturais correlatas: psicofera e tecnosfera (SANTOS, 2020). Além disso, a partir da ideia de *intencionalidade* presente em ambas as dimensões por meio do sistema de ações, procurou-se identificar a atuação dos agentes na dinâmica socioespacial (CORRÊA, 1995) tendo como área de estudo a delimitação territorial da Amacro (Figura 1).

⁴ Acrônimo dos estados brasileiros de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

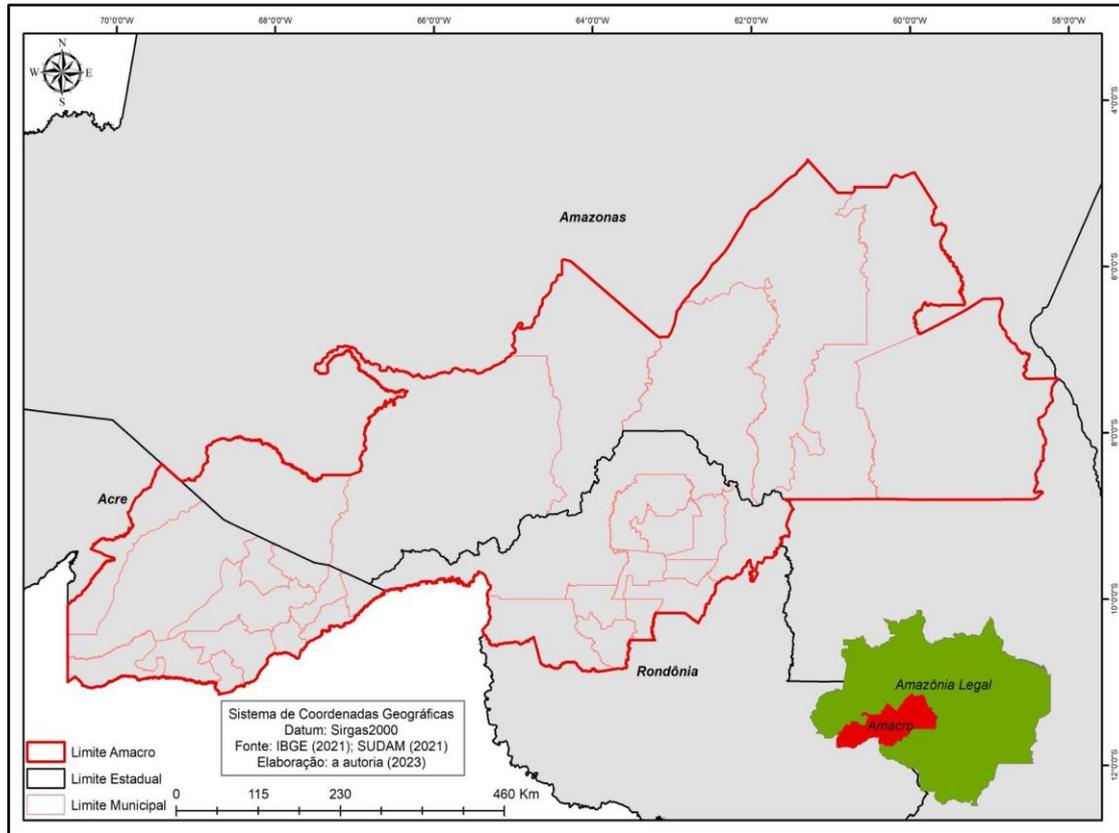


Figura 1. Mapa de localização da Amacro - área de estudo. Fonte: IBGE (2021); SUDAM (2021). Elaboração: a autoria.

Foram utilizados um grupo amplo de dados secundários públicos, que foram processados através de Sistema de Informações Geográficas (SIG): i) delimitação territorial do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE); ii) registros de incremento de desmatamento oriundos do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) e; iii) uso e cobertura da terra do Projeto Mapbiomas. Em função de complementar a discussão, também foi necessário fazer uso do imageamento por satélite disponibilizado pelo projeto Planet.

Por fim, fez-se uso de dados sistematizados por meio de duas notas técnicas (CRAVEIRA *et al.*, 2023a; 2023b) e que, no presente trabalho, uma parcela das informações são analisadas à luz da concepção teórica acima pontuada.

A “invenção” da Amacro

Pensando a invenção da Amazônia, Neide Gondim (1994, p. 212) coloca que, já no período do Ciclo da Borracha (1987-1945), o capital exerceu seu poder devastador, pois ajudou a mudar mentalidades, marginalizando-se certas culturas e dando centralidade para outras.

De maneira não linear, o capital continua atuando na Amazônia. Durante a 46ª Expoacre, realizada em 2019, em Rio Branco (AC), foi apresentada publicamente pela primeira vez a concepção da “Amacro”. Com a presença de pecuaristas regionais e representantes políticos estaduais, iniciava ali a jornada por apoio à estruturação da nova futura realidade amazônica: a Zona de Desenvolvimento Agropecuário.



Na edição de 2019 da Expoacre, realizada entre 27 de julho e 4 de agosto, sediou-se grandes atrações nacionais da indústria fonográfica sertaneja, que, na prática, atuam como promotores de uma cultura específica e, portanto, de um ideário e de uma imagética voltada ao sistema agropecuário de produção. Além de elementos do entretenimento, também foram organizadas palestras voltadas ao empreendedorismo agropecuário. Esses elementos não estão desarticulados, pois se realizam como um projeto psicoférico (SANTOS, 2020) que favorece a expansão do agronegócio, esta não se limitando à economia em sentido estrito, pois também opera nas instâncias jurídico-política e ideológica, e, evidentemente, não pode prescindir do espaço pois nele opera e por ele é influenciado.

A Expoacre é mais um evento vinculado ao grande empresariado agrário brasileiro, comumente denominadas de “feiras agropecuárias” ou, de maneira menos conscientemente crítica, “festas agropecuárias”, que auxiliam o capital a diminuir a separação entre o global e o local. Particularmente as feiras agropecuárias na Amazônia visam favorecer a atuação das frentes pioneiras. Isso pode ser visto, por exemplo, no criativo estudo realizado por Conceição e Costa Silva (2021) sobre a Expofeibel⁵, no oeste do Pará, como uma psicofera que introduz nova identidade sulista e gaúcha no lugar, em contraste com as manifestações culturais tradicionais dos povos e comunidades amazônicas.

Embora a ideia de uma psicofera do agronegócio nos remete, em primeiro momento, aos grandes latifundiários, estes não podem ser considerados como os únicos articuladores da Amacro, pois há substancial atuação do Estado. Isto fica evidente ao identificar que a Expoacre é organizada pelo governo estadual do Acre, especificamente pela Secretaria de Empreendedorismo e Turismo do Acre.

Não se limitando ao âmbito estadual, em 2021, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional do governo federal, lança os primeiros *releases* sobre a Amacro, apresentando uma caracterização básica da área e pontuando sua importância para o desenvolvimento regional. Após cerca de um mês da primeira publicação, a SUDAM (2021), por meio da Resolução nº 149, aprovou o documento referencial da Amacro como subsídio para a implementação de programas e ações.

A principal finalidade para a criação de uma zona especial na Amazônia Ocidental era e é, teoricamente, o desenvolvimento econômico e social desta porção do território, principalmente através da implementação e modernização do território por meio de certas infraestruturas, sendo as principais:

- i) Estrada do Pacífico (ou estrada Interoceânica): que liga o Brasil ao Peru, tendo como principal fixo a capital do Acre, Rio Branco;
- ii) Ponte do Abunã (ou ponte do Madeira): com obras iniciadas em 2014 e inauguração em 2021, conecta os trechos da rodovia BR-364 (rodovia Marechal Rondon) entre os estados de Rondônia e Acre, um percurso que antes era feito de balsa;
- iii) Rodovia BR-319 (rodovia Álvaro Maia ou Manaus-Porto Velho): projeto de tecnificação por meio do asfaltamento da referida rodovia em função

⁵ Exposição e Feira do Produtor de Belterra (Expofeibel).



de intensificar a fluidez do território nesta região, que atualmente desenvolve fluxos sazonais, no período de estiagem.

Reflete-se sobre a intencionalidade dos agentes produtores do espaço na articulação desses projetos técnicos. i) a Estrada do Pacífico, operacional desde 2008, é associada como um “grande objeto” de integração sul-americana, entre Brasil e Peru, que dá acesso ao Brasil para o mar, para além do historicamente ocupado litoral atlântico. Aqui, o Estado aparece como principal idealizador, que historicamente abordou essa questão como uma necessidade geopolítica voltada a um maior controle território além-terra (RAFAEL *et al.*, 2023); ii) A ponte do Abunã é um objeto que corresponde ao eixo de circulação rodoviária vinculada diretamente à rodovia BR-364, que apresenta grande importância para a Amazônia Ocidental, uma vez que contribui para a integração física junto à região concentrada do Brasil (BARROS *et al.*, 2021). iii) A BR-319 conecta Manaus (AM) a Porto Velho (RO), no passado, funcionou plenamente o ano todo, ao longo do tempo, passou por uma intensa precarização, quando hoje apresenta limitação de fluxos sazonais em vista da deterioração do asfaltamento. Atualmente é possível observar um movimento acentuado pelo reasfaltamento da rodovia, onde se pode identificar uma intencionalidade de maior integração entre as frentes pioneiras consolidadas de Rondônia (e no Brasil meridional) com as frentes pioneiras em plena expansão no sul do Amazonas (CASTRO DE JESUS *et al.*, 2022).

Sobre o caso da BR-319, recentemente, a articulação pela modernização da infraestrutura apresenta rebatimento direto na instância jurídico-política, sendo o principal exemplo o Projeto de Lei (PL) nº 4993/2023 de autoria de 15 deputados federais, sendo 8 deles de Rondônia e outros 7 do Amazonas. O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados e será levado ao Senado Federal. Bastante criticado, o texto busca a flexibilização do licenciamento sem análises prévias de órgãos ambientais (ISA, 2023).

Não obstante, ao final de 2021, a SUDAM fez uma nova publicação renomeando a Amacro como “Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã Madeira”, o que pode ser interpretado como uma tentativa de evitar comparações com o Matopiba, uma frente pioneira ativa no Cerrado brasileiro, marcada pela forte expansão de grãos, particularmente no cultivo de soja, e em seus impactos socioambientais: conflitos fundiários, concentração de riqueza, uso de agrotóxicos e seus desdobramentos na saúde de seus povos e comunidades (FREITAS, 2022).

Assim, é possível verificar uma atuação articulada entre grandes proprietários fundiários e o Estado em função da frente pioneira e a psicofera que, invariavelmente, vem acompanhada para legitimá-la. As feiras agropecuárias são lideradas pelo capital nacional que visa a apropriação de novas unidades regionais, sendo o caso da Amazônia Ocidental, com ênfase na Amacro. Essas feiras agropecuárias, a exemplo da Expoacre, são apenas uma das práticas espaciais utilizadas pelos agentes envolvidos com o agronegócio, isto é, não se dão de maneira isolada, uma vez que são mobilizadas e ajudam a mobilizar outros elementos em favor de um mesmo projeto. Evidentemente o resultado desse processo não se limita à psicofera, onde pode-se verificar, entre outros aspectos, um movimento de caráter nacional no sentido da reprimarização do território brasileiro (LAMOSO, 2020). A aproximação entre o global e o local é



central, pois o processo de expansão das frentes pioneiras visam, sobretudo, o abastecimento do mercado global, porém, seu impacto é local, sendo mais latente e alardeada a dinâmica de desmatamento.

O novo desenho do desmatamento e a questão fundiária na Amazônia

Se a Amacro pode ser entendida como um projeto psicossférico, isto é, um conjunto de ações que guardam intencionalidade nos campos jurídico-político e ideológico, que pretende validar, incentivar e *reunir* a expansão das frentes pioneiras na região da Amazônia Ocidental, o desmatamento é qualificado como um dos principais impactos enquanto representação da tecnosfera, uma vez que é resultante da mobilização de uma série de técnicas e de seus respectivos objetos. Desse modo, compreende-se a mais intensa dinamização socioespacial das frentes pioneiras na região.

Dos três objetos destacados anteriormente como demandas infraestruturais vinculadas ao projeto da Amacro — estrada do Pacífico, ponte do Abunã, rodovia BR-319 —, conforme estudos recentes (COSTA SILVA *et al.*, 2021, CASTRO DE JESUS *et al.*, 2022, 2023), as mudanças qualitativas associadas à atuação da frente pioneira na região são melhor observáveis atualmente no sul do Amazonas, nas divisas com Acre, Pará e, sobretudo, Rondônia, que corresponde a região de influência da rodovia BR-319.

As porções norte de Rondônia e leste do Acre são consideradas, de maneira geral, como consolidadas do ponto de vista da mudança de cobertura e uso da terra. Uma parcela significativa das espécies florestais foram destruídas para dar lugar às criações de gado e, em menor proporção, à expansão da ocupação urbana. Até recentemente, o sul do Amazonas poderia ser considerado como uma porção que apresentava relativamente pouca degradação ambiental (COSTA SILVA *et al.*, 2021), onde se notavam, e ainda se notam, grandes maciços florestais e é justamente nesta porção que se necessita maior atenção no que refere ao comando e controle realizados pelo Estado dos recursos naturais.

A fim de quantificar algumas dessas mudanças, assinala-se que na última década (2012-2022) o PRODES registrou uma participação cada vez mais significativa da Amacro no desmatamento catalogado na Amazônia Legal, passando de maneira gradativa dos 101.777 hectares em 2012 para 425.929 em 2022, um aumento de 318%, conforme mostra o gráfico (1) a seguir:

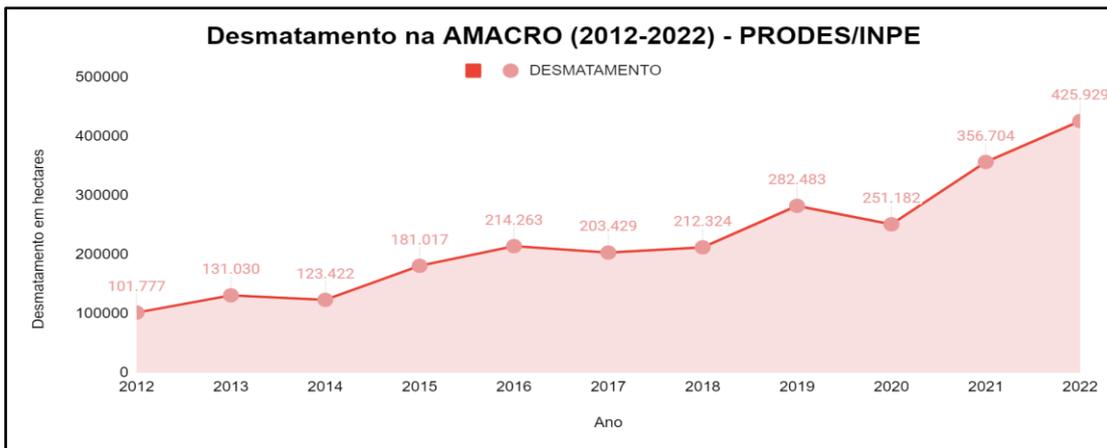


Gráfico 1: Desmatamento na Amacro entre 2012 e 2022. Fonte: Craveira *et al.* (2023a, 2023b) a partir dos dados de INPE (2023).

Além da ascensão do desmatamento na Amacro, os registros capturados por satélite apontam uma concentração de desmatamento especificamente na região sul do estado do Amazonas, destacando municípios como Lábrea, Apuí e Humaitá, recorrentemente presentes entre os 10 primeiros colocados em taxas de desmatamento na Amazônia Legal. No gráfico, apesar de apresentar uma tendência de crescimento anterior, destaca-se 2019 como um ano-chave na dinâmica de desmatamento atualmente apresentada na Amacro, quando se verifica um surto de crescimento, seguido de arrefecimento, em 2020, que, por sua vez, é sucedido por uma acentuada disposição ascendente até o dado mais atual do recorte, em 2022.

Baseado na mudança de uso e cobertura da terra, o elemento produtivo de maior participação na remoção da floresta na Amazônia são as pastagens, que se consolidam por meio da substituição de vegetação em função da criação de bovinos (RIVERO *et al.* 2009). Na Amacro não é diferente, a floresta é derrubada para dar lugar às pastagens e, nas últimas três décadas, houve um crescimento substancial das mesmas, passando de 1,2 milhão de hectares nos anos 2000 para 3,3 milhões em 2021. A evolução das pastagens na Amacro é ilustrado no gráfico (2) abaixo:

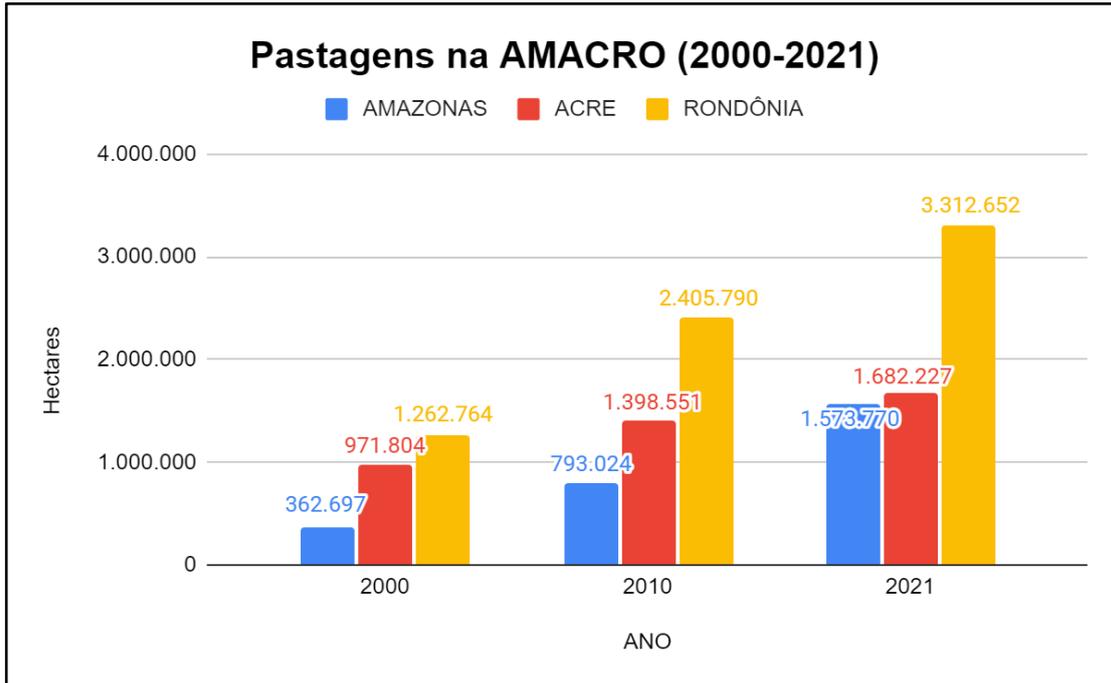


Gráfico 2: Crescimento das pastagens na Amacro entre 2000 e 2021. Fonte: Craveira *et al.* (2023a, 2023b) a partir dos dados do MAPBIOMAS (2021).

É importante ressaltar que a variável representada no gráfico se refere apenas ao recorte espacial dos três estados — Amazonas, Acre e Rondônia — que compõem a Amacro. Além disso, pontua-se que a ascensão das pastagens, enquanto resultado de classificação espaço-temporal de uso e cobertura da terra, deriva da diminuição de outras classes, neste caso, destaca-se a perda de áreas de vegetação primária e secundária.

A partir disso, o estado de Rondônia apresenta-se como uma área de plena atuação das frentes pioneiras nas últimas duas décadas, particularmente pelo crescimento da pecuária como setor central na dinâmica da instância econômica da região, alcançando um forte crescimento de 90,52% entre 2000 e 2010, resultando menor expressão entre 2010 e 2021, com uma variação de incremento de 37,69%. Movimento semelhante pode ser verificado na Amacro acriana, na primeira década do recorte temporal, observou-se uma taxa de aumento das pastagens de 43,91%, já na segunda década, foi de 20,28%.

Se nos dois primeiros casos analisados, norte de Rondônia e leste do Acre, há uma considerável tendência de diminuição do crescimento proporcional das pastagens, a dinâmica temporal das frentes pioneiras se difere no sul do Amazonas. Entre 2000 e 2010, a porção amazonense da Amacro apresentou um crescimento de 118,65% de pasto e, entre 2010 e 2021, houve uma manutenção muito maior do crescimento proporcional dessa classe do uso e cobertura da terra com 98,45%, se comparado com os casos de Rondônia e Acre.

Esses dados permitem um dimensionamento do processo socioespacial que tem nas frentes pioneiras ativas na Amazônia sua força motriz. Nota-se um deslocamento gradual no interior da Amacro, que se dá no vetor sul-norte: no sentido de áreas consolidadas ou em processo de consolidação no leste do Acre e, sobretudo, norte de Rondônia para novas porções territoriais, de grandes extensões de terras com maciços florestais e que dispõem de deficiente aparato técnico de monitoramento, no sul do Amazonas.

O mosaico fundiário heterogêneo da região também ajuda a compreender o processo das frentes pioneiras, especialmente no que se refere à pressão diferenciada exercida sobre cada categoria fundiária na Amacro. Para isso, distingue-se: as áreas destinadas, como as unidades territoriais constituídas pelas Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs) e entre outras, que são mais visadas pelo Estado, mídia, movimentos sociais e afins; e as áreas não destinadas, onde o desmatamento e o fogo atingem em diferentes intensidades, sendo característica a frágil gestão do território. Os dados de área queimada e sua distribuição em diferentes categorias fundiárias está representada pelo gráfico 3:

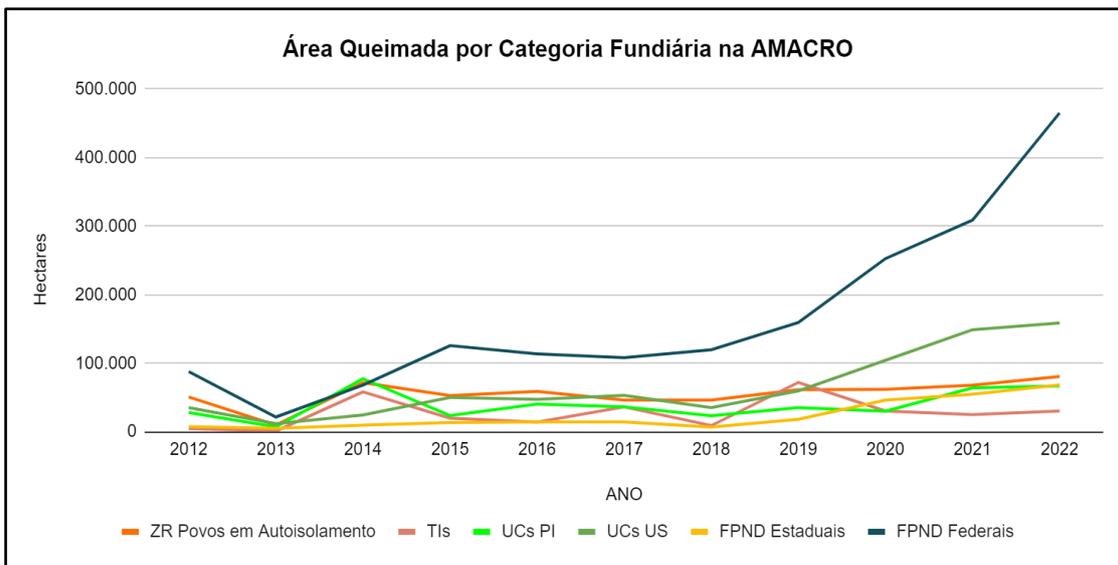


Gráfico 03: Área queimada por categoria fundiária na Amacro entre 2012 e 2022. Fonte: Craveira *et al.* (2023b).

As UCs, divididas em Uso Sustentável e Proteção Integral, parecem funcionar, especialmente o último grupo, pelo menos parcialmente, como barreiras frente à degradação ambiental, no entanto, para analisá-las, é necessário fazê-lo de forma individualizada, de acordo com sua regulação, não esquecendo que a diversidade de ocupação e manejo permitido contribui diretamente em seus registros anuais de desmatamento e queimada. A exemplo das UCs de Proteção Integral, no sul do Amazonas, região com presença dos chamados “campos amazônicos”, constituídos de um tipo de vegetação mais suscetível ao fogo, o que pode colaborar para índices mais altos de desmatamento, contudo, invariavelmente, mesmo essas áreas estão submetidas a ação de encetamento dos agentes produtores do espaço responsáveis por promover a degradação ambiental.

Há também muita tensão sobre indivíduos ou grupos em autoisolamento, sobre os quais há poucas informações em registros históricos de contato ou avistamento, que vivem ou não nos interiores de TIs em diferentes fases de reconhecimento. Porém, mesmo a parcela que ocupa uma TI, não pode considerar seu modo de vida como protegido integralmente. Ao verificar imagens de satélite, é possível acompanhar o avanço de desmatamento que não só pressiona os arredores das TIs como penetram em seu território ancestral. Um desses exemplos é a Terra Indígena Karipuna, entre os municípios de Porto

Velho e Nova Mamoré no estado de Rondônia, onde é perceptível a pressão agropecuária em suas bordas, além dos polígonos de desmatamento em seu interior, conforme mostra a figura 02:

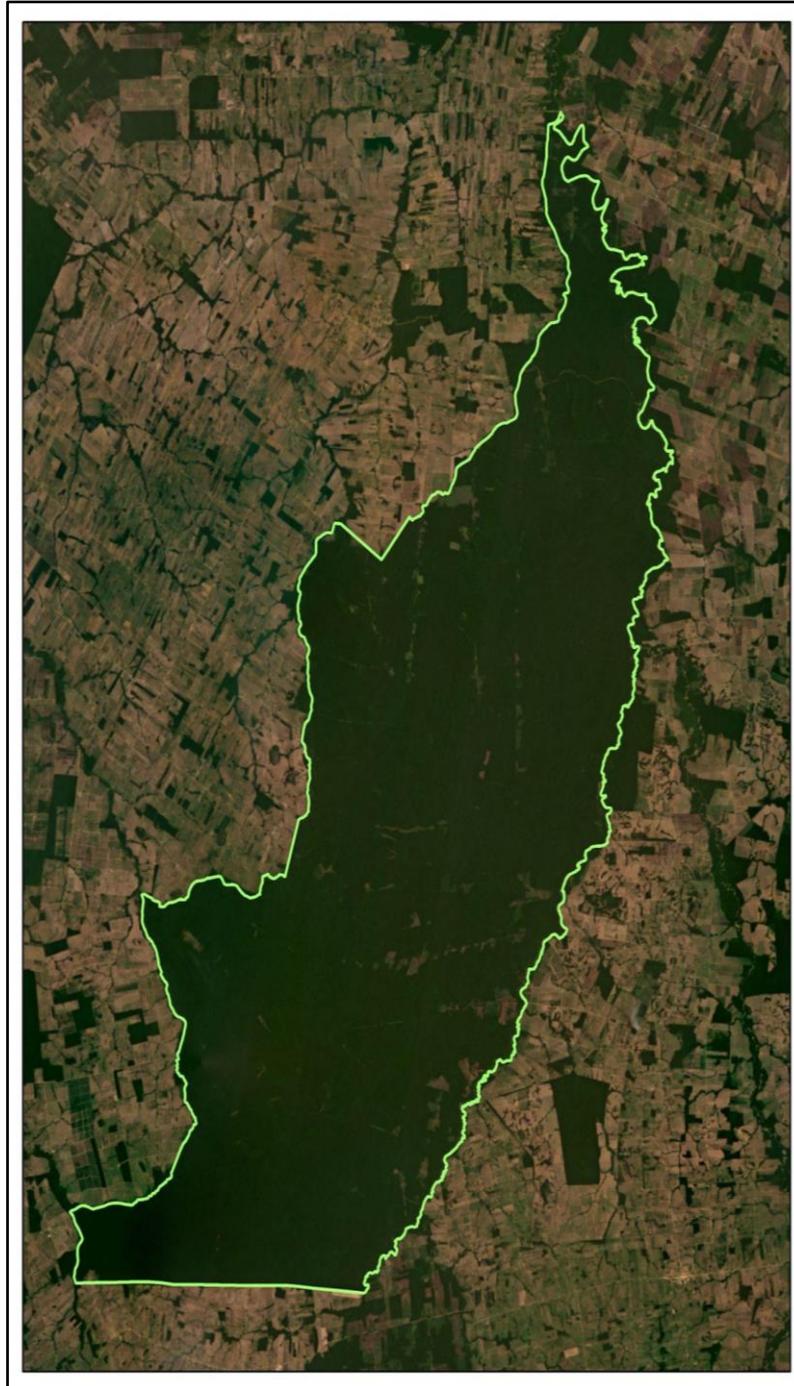


Figura 2: Pressão agropecuária sobre a Terra Indígena Karipuna em outubro de 2023. Fonte: Planet (2023). Org.: a autoria. Obs: O polígono verde se refere ao limite territorial da TI Karipuna.

No que se refere ao grupo das categorias fundiárias não destinadas e que carece de maior atenção, tem-se as Florestas Públicas Não Destinadas (FPNDs). De responsabilidade de governos estaduais e federais, a categoria fundiária tem se tornado o epicentro dos problemas socioambientais na Amazônia Ocidental,

onde crescem suspeitas de grilagem de terras, incrementos de desmatamento catalogados pelos diferentes sistemas de monitoramento remoto que apontam o intenso uso do fogo e da degradação ambiental em geral de grande escala. É justamente a partir dessa dinâmica do desmatamento e uso do fogo associada a essa categoria fundiária que, por exemplo, explica-se o caso da maior área desmatada de maneira contínua na Amazônia (2021/2022). Trata-se de um polígono localizado em Rondônia e situado entre duas glebas federais de FPNDs, que alcançou 8,9 mil hectares, o equivalente a mais de 12 mil campos de futebol padrão Fifa para competições internacionais. A área é ilustrada pela figura 03 abaixo:

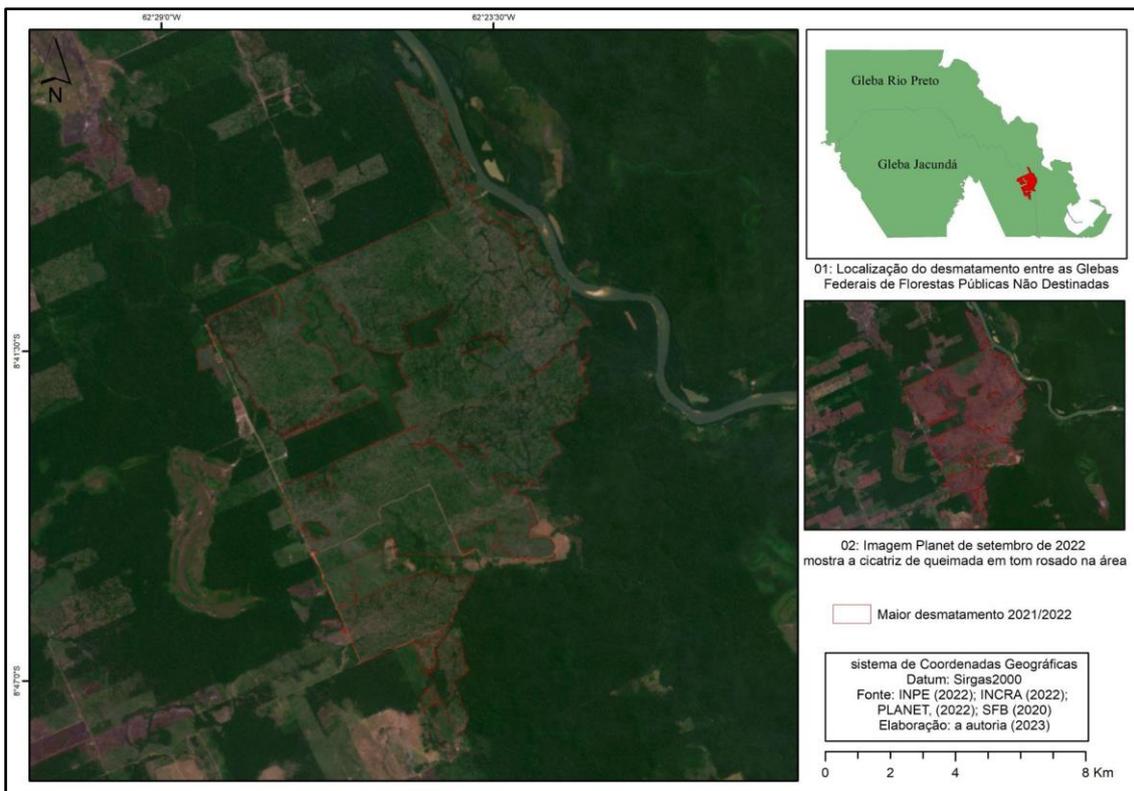


Figura 3: Mapa de localização do maior desmatamento da Amazônia (2021-2022). Fonte: INPE (2022); INCRA (2022); SFB (2020); Planet (2023). Elaboração: a autoria.

Levando em consideração o intervalo entre 2012 e 2022, é possível afirmar o alavancamento das taxas de desmatamento nas áreas de FPND e essa taxa apresenta ainda maior emergência quando se trata de área queimada. A categoria, especificamente das FPNDs federais, lidera com certa margem de distância da segunda colocada no que se refere às cicatrizes de área queimada neste intervalo, com mais de 450 mil hectares só em 2022.

Por fim, as grandes extensões da Amazônia e suas peculiaridades demandam uma gestão do território ativa ao invés de responsiva, que garanta avaliação e regularização de terras, aumento de efetivos para estruturação de comando e controle com distribuição estratégica de fixos para fiscalização do território, combate ao desmatamento ilegal, grilagem e uso indevido do fogo. Isso se desenvolve a partir de investimento na modernização dos sistemas técnicos de monitoramento e autuação, o que também perpassa pela aplicação de um plano



regional de organização do território com metas claras de longo, médio e curto prazos e sua respectiva destinação orçamentária.

Considerações Finais

A Amacro é uma concepção territorial que visa estimular o desenvolvimento agropecuário na Amazônia Ocidental, articulada por empresários do setor em parceria com o Estado. A Amacro se baseia em uma psicosfera que busca legitimar as práticas espaciais do agronegócio, como o desmatamento e a apropriação de terras públicas.

Observa-se novos eixos e epicentros do desmatamento, em que a Amacro apresenta altas taxas relacionadas à degradação ambiental em geral, concentradas em áreas de expansão das frentes pioneiras, sobretudo aquelas porções territoriais com grande presença da categoria fundiária Floresta Pública Não Destinada (FPND). O desmatamento na Amacro é heterogêneo e reflete a estrutura fundiária desigual da região.

A Amacro é uma região que chama atenção não só pelos recursos naturais, uma vez que há uma população anterior ao atual processo das frentes pioneiras, como no que diz respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

É importante enfatizar que o desmatamento, na escala apresentada na faixa pioneira, é uma dinâmica da totalidade social, por exemplo, a instabilidade *jurídico-política* em nível federal, pela qual a governança do Brasil passou nos últimos anos, aliada a um discurso, elemento *ideológico*, antiambientalista e o aparelhamento dos governos estaduais podem ter contribuído de forma ativa com o aumento dos índices de impactos ambientais no bioma Amazônia e, mais especificamente, na Amacro, além disso, é importante enfatizar que o uso do fogo é tão comum na região por um fator *econômico*, por conta do seu baixo custo. Essa totalidade social não é alheia ao *espaço* enquanto instância da sociedade, pois essas dinâmicas nele operam e também por ele são influenciadas.

Assim, a conversão acelerada da floresta é retroalimentada pela especulação fundiária e esta quase sempre influenciada pelas estradas, oficiais ou não oficiais, as primeiras grandes rodovias estaduais ou federais e as segundas suas vias adjacentes, que criam as chamadas espinhas de peixes, muito comuns na Amazônia brasileira.

Para não concluir, a coordenação do espaço realizada pelo capital olvida o bem-estar da coletividade, especialmente no que diz respeito às condições ambientais. Essa concepção ajuda a entender o papel da psicosfera, como par dialético da tecnosfera, sendo ambas dimensões estruturais mobilizadas pelas frentes pioneiras e pelo agronegócio como um todo, a fim de intensificar e justificar as altas taxas de desmatamento na Amazônia e, em particular, na Amacro, que se apresenta como uma configuração territorial que concentra a degradação ambiental vinculada à expansão da agropecuária na Amazônia Ocidental.



Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa de doutorado.

À Comissão Organizadora do evento "Amazônia Estranha: eventos extremos, mudanças climáticas e dinâmicas socioambientais". Parte dos dados apresentados derivam de notas técnicas produzidas pelo Greenpeace Brasil e o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (LASA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências

ACRE. **Acre, Amazonas e Rondônia avançam na criação da zona de desenvolvimento agropecuário.** 09/09/2019 19h19. Disponível: <<https://agencia.ac.gov.br/acre-amazonas-e-rondonia-avancam-na-criacao-da-zona-de-desenvolvimento-agropecuario/>>. Acesso em 20 dez. 2023.

BARROS, Pedro S.; SEVERO, Luciano W.; SILVA, Cristovão H. R.; CARNEIRO, Helitton C. **A ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico.** Nota técnica, n. 35. Brasília: IPEA, 2021.

CASTRO DE JESUS, Ana Beatriz; OLIVEIRA NETO, Thiago; BERNARDINO, Fredson A; S. Periodização da rede urbana na faixa pioneira amazônica: os casos do sul do Amazonas e no oeste do Acre. **BOCA - Boletim de Conjuntura**, v. 15, n. 44, ago. 2023. Disponível: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1848>>. Acesso em 18 dez. 2023.

CASTRO DE JESUS, Ana Beatriz; OLIVEIRA NETO, Thiago; BERNARDINO, Fredson A; S. Rede urbana e frentes pioneiras no Sul do Amazonas: rodovias Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 108, 2022.

CONCEIÇÃO, Francilene S.; COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Psicofera da Expofeibel na Amazônia: territorialidade do agronegócio e mudanças no lugar e cotidiano belterrense. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 421-440, 2021. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-01.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; SILVA, Viviane V.; MELLO-THÉRY, Neli A.; LIMA, Luís A. P. New frontier of expansion and protected areas in the state of Amazonas. **Mercator**, vol. 20, 2021. Disponível: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20025>>. Acesso 19 dez. 2023.



CRAVEIRA, Kamila O.; RODRIGUES, Julia A.; LEMOS; Filipe; LIBONATI, Renata. **Amacro: estimativas de desmatamento e área queimada (2012-2022) – nota técnica 01/2023.** 2023a. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/373392230_AMACRO_ESTIMATIVAS_DE_DESMATAMENTO_E_AREA_QUEIMADA_2012-2022_-_NOTA_TECNICA_012023>. Acesso 17 dez. 2023.

CRAVEIRA, Kamila O.; RODRIGUES, Julia A.; LEMOS; Filipe; LIBONATI, Renata. **Categorias fundiárias na Amacro: estimativas de desmatamento e área queimada (2012-2022) – nota técnica 02/2023.** 2023b. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/374112196_CATEGORIAS_FUNDIARIAS_NA_AMACRO_ESTIMATIVAS_DE_DESMATAMENTO_E_AREA_QUEIMADA_2012-2022_-_NOTA_TECNICA_022023>. Acesso 17 dez. 2023.

FREITAS, Lucinéia M. **Conflitos, violência e resistências no MATOPIBA.** Um olhar a partir da saúde pública. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

G1. **AMACRO: Região entre três estados do Norte é conhecida como 'fronteira do desmatamento'.** Fantástico. 05/06/2023 13h13. Disponível: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/06/05/amacro-regiao-entre-tres-estados-do-norte-e-conhecida-como-fronteira-do-desmatamento.ghtml>>. Acesso em 20 dez. 2023.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Projeto que flexibiliza licenciamento da BR-319 é aprovado pela Câmara.** 2023. Disponível: <<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/projeto-que-flexibiliza-licenciamento-da-br-319-e-aprovado-pela-camara>>. Acesso em 22 dez. 2023.

LAMOSO, Lisandra, P. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia - Rev. Brasileira de Geografia Econômica**, ano IX, n. 19, 2020. Disponível: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>>. Acesso em 19 dez. 2023.

O GLOBO. Projeto de polo de agronegócio no Amazonas, Amacro se transformou em nova frente de desmatamento na Amazônia. 21/06/2021 04h30. Disponível: <[Projeto de polo de agronegócio no Amazonas, Amacro se transformou em nova frente de desmatamento na Amazônia - Jornal O Globo](#)>. Acesso em 20 dez. 2023.

PLANET. **Satélite Planet.** 2019. Disponível: <<https://www.planet.com/>>. Acesso em 02 de jan. de 2024.

RAFAEL, Carlos Eduardo S. S.; OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo J. B. Redes e fronteiras: transporte de passageiros e de cargas na fronteira MAP (madre de dios, acre e pando) - Peru, Brasil e Bolívia. In: **1º Congresso**



Internacional de Relações Internacionais do Amazonas: a Amazônia no mundo e o mundo na Amazônia. Manaus, 2023. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/374021283_REDES_E_FRONTEIRAS_TRANSPORTE_DE_PASSAGEIROS_E_DE_CARGAS_NA_FRONTEIRA_MAP_MADRE_DE_DIOS_ACRE_E_PANDO_-_PERU_BRASIL_E_BOLIVIA>.

Acesso em 20 dez. 2023.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova economia**. [online]. 2009, vol.19, n.1, pp.41-66. ISSN 0103-6351. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100003>. Disponível: <<https://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/03.pdf>>. Acesso em 02 de jan. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. 10 reimp. São Paulo: Edusp, 2020.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA DIRETORIA COLEGIADA. **Resolução nº 149, de 11 de maio de 2021**. 2021. Disponível:

<<http://repositorio.sudam.gov.br:8080/sudam/diretoria-colegiada/resolucoes/convenios/2021/resolucao-no-149-aprovar-o-documento-referencial-da-amacro.pdf/@@display-file/file/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20149%20-%20Aprovar%20o%20Documento%20Referencial%20da%20Amacro.pdf>>.

Acesso em 20 dez. 2023.

Recebido em: 21/02/2024

Aprovado em: 07/03/2024

Publicado em: 09/03/2024